

PROVAS E EXAMES



NORMA 02/2020

Resumo Alunos

Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso

**Agrupamento de
Escolas de
Póvoa de Lanhoso**

Rua da Misericórdia
4830-503 Póvoa de Lanhoso

Telefone: 253 633 338
Fax: 253 633 838

ce.espl2010@gmail.com

www.aepl.edu.pt

Maio 2020

EXAMES NACIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO

PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

ANO DE 2020

Estas normas são válidas para:

Todas as fases dos exames do Ensino Secundário;
Os exames a nível de escola para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
As provas/exames de equivalência à frequência.

CAPÍTULO I

REALIZAÇÃO DOS EXAMES

SECÇÃO 1 – NORMAS GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DOS EXAMES DA 1ª E 2ª FASES

1. MATERIAL ESPECÍFICO AUTORIZADO

- 1.1. Nas provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3º ciclos, as respostas são preferencialmente dadas no próprio enunciado ou em modelo próprio da EMEC, de acordo com decisão da escola.
- 1.2. O exame nacional do ensino secundário de PLNM (839) é realizado no próprio enunciado da prova.
- 1.3. As folhas de prova a utilizar nos exames finais nacionais do ensino secundário, nos exames a nível de escola de Línguas Estrangeiras equivalentes a exames nacionais e nas provas de equivalência à frequência do ensino secundário são de modelo próprio da EMEC, sendo quadriculadas nas provas de Matemática A (635), Matemática B (735) e MACS (835).
- 1.4. As folhas de prova para os exames nacionais do ensino secundário são enviadas às escolas pela EMEC, em quantidade adequada ao número de alunos que aí prestam provas.
- 1.5. As folhas de prova a utilizar nas provas de equivalência à frequência são requisitadas à EMEC.
- 1.6. O papel de rascunho (formato A4) é fornecido pela escola devidamente carimbado, sendo datado e rubricado por um dos professores vigilantes. O papel de rascunho não pode ser entregue ao examinando antes da distribuição dos enunciados.
- 1.7. Durante a realização das provas e exames os alunos apenas podem usar o material autorizado nas Informações-Prova, da responsabilidade do Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE, I. P.), nas Informações-Prova Exames a nível de escola e nas Informações- Prova de equivalência à frequência, da responsabilidade da escola, devendo cada aluno, na sala de prova ou exame, utilizar apenas o seu material.
- 1.8. As Informações referidas no número anterior devem ser afixadas, com a devida antecedência, para conhecimento dos alunos e encarregados de educação.
- 1.9. Relativamente às máquinas de calcular deve ter-se em atenção o seguinte:
 - 1.9.1. Na prova de equivalência à frequência de Matemática (92) só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas na Informação-Prova.
 - 1.9.2. No exame final nacional de Economia A (712) só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas no ofício-circular S-DGE/2020/222, ou seja, apenas calculadoras não alfanuméricas e não programáveis, as quais se caracterizam por não terem inscrito no teclado todo o abecedário, possuindo apenas teclas com algumas letras que permitem ter acesso a memórias numéricas que funcionam como constantes.
 - 1.9.3. No exame final nacional de Física e Química A (715), os alunos deverão ser portadores de calculadoras gráficas com a funcionalidade modo de exame (Cf. Ofício Circular

SDGE/2017/3040, de 11 de setembro e Ofício Circular S-DGE/2020/222). As escolas deverão solicitar junto das marcas os procedimentos específicos para colocar as máquinas calculadoras em modo de exame e adotar medidas organizativas para que no dia do exame os procedimentos de verificação das máquinas de calcular, de ativação da funcionalidade modo de exame e da limpeza da memória, caso se justifique, decorram com a celeridade e normalidade requeridas.

- 1.9.4. Nos exames finais nacionais de Matemática A (635), Matemática B (735) e Matemática Aplicada às Ciências Sociais (835) não deve ser ativado o modo de exame e nem haver qualquer intervenção no sentido de fazer reset à calculadora. Só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas no ofício-circular SDGE/2020/222. As escolas divulgam atempadamente o referido ofício circular pelos meios que considerem mais adequados, já que tem por objetivo informar os alunos e os professores coadjuvantes, dos modelos mais comuns existentes em Portugal, que satisfazem as condições exigidas;

ATENÇÃO - UTILIZAÇÃO DE CALCULADORAS

PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA E EXAMES FINAIS NACIONAIS

Sempre que os alunos se apresentem a uma prova de equivalência à frequência ou a um exame final nacional com uma calculadora cujas características técnicas não se enquadrem nas condições previstas, levantando dúvidas quanto à legitimidade da sua utilização, é-lhes permitido o seu uso, devendo obrigatoriamente ser preenchido o **Modelo 04/JNE**.

Excecionalmente, a escola pode proceder ao empréstimo de uma calculadora, quando possível, na situação referida ou no caso de avaria, devendo o examinando preencher igualmente o **Modelo 04/JNE**, para arquivo na escola.

Na situação em que a calculadora suscite dúvidas, é preenchido também obrigatoriamente o **Modelo 04-A/JNE**, o qual é enviado, após o termo da prova, à Comissão Permanente do JNE, com conhecimento à respetiva delegação regional e ao agrupamento do JNE.

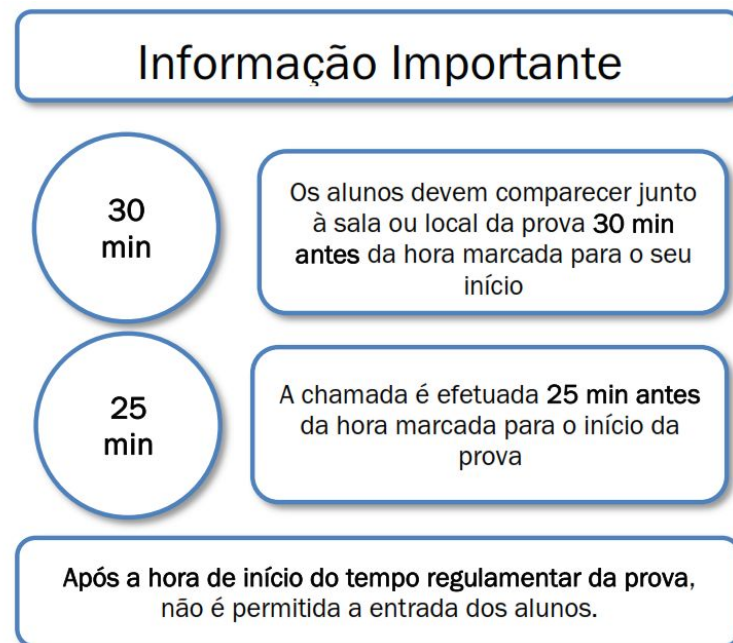
Caso se venha a confirmar o uso de calculadora com características técnicas diferentes das previstas, a prova é anulada.

Os alunos só podem levar para a sala de prova/exame **uma única calculadora**.

- 1.10. Os alunos do 3.º ciclo e ensino secundário que realizem provas e exames e possuam uma calculadora suscetível de levantar dúvidas relativamente às suas características deverão, até 31 de maio, solicitar na escola a confirmação da possibilidade de utilização da mesma. Nesta situação, o diretor deve emitir declaração, a ser entregue aos alunos, ficando uma cópia arquivada na escola.
- 1.11. É permitido o uso de dicionários nos termos definidos na Informação Complementar do IAVE, IP.
- 1.12. O secretariado de exames, em conjunto com o professor coadjuvante, define os procedimentos para verificação do material a usar pelos alunos. Tal verificação deve ocorrer antes do início da prova.

2. CONVOCATÓRIA DOS ALUNOS

- 2.1. Os alunos devem apresentar-se na escola, junto à sala ou local da prova, 30 minutos antes da hora marcada para o início da prova e com máscara devidamente colocada.
- 2.2. A chamada faz-se pela ordem constante nas pautas de chamada, 25 minutos antes da hora marcada para o início da prova e devem ser seguidos os procedimentos seguintes, respeitando o distanciamento físico recomendado pela Direção-Geral de Saúde:
 - 2.2.1. Antes do início das provas e exames, durante o período de chamada e imediatamente antes da sua entrada na sala de prova, os professores vigilantes devem solicitar aos alunos que:
 - 2.2.1.1. Procedam à desinfeção das mãos através da aplicação de solução antisséptica de base alcoólica à entrada de todas as salas onde se realizam as provas e exames;
 - 2.2.1.2. Procedam à remoção das luvas, caso se apresentem com as mesmas. Nas situações devidamente comprovadas, em que o aluno não pode utilizar a solução antisséptica de base alcoólica, é admitida a utilização de luvas, as quais devem ser disponibilizadas pela escola e colocadas na presença do professor vigilante
 - 2.2.1.3. Efetuem uma verificação cuidada, a fim de se assegurarem de que possuem o material necessário para a realização da prova e que não possuem qualquer material ou equipamento não autorizado, em particular telemóveis. Ainda assim, para acautelar qualquer esquecimento, os alunos assinam, já nos respetivos lugares, o Modelo 05/JNE, extraído dos programas informáticos ENEB e ENES, confirmando que efetuaram a verificação referida.
- 2.3. Na eventualidade de algum aluno se apresentar para a realização de provas ou exames sem constar da pauta, pode ser admitido à prestação da prova, a título condicional, desde que se verifique uma das seguintes situações:
 - 2.3.1. Haver indícios de erro administrativo;
 - 2.3.2. O diretor decidir autorizar a sua inscrição fora de prazo.
- 2.4. Os alunos que se apresentam na sala de realização da prova após o início do tempo regulamentar não podem realizar a prova ou exame.



3. IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS

- 3.1. Os alunos não podem prestar provas sem serem portadores do seu cartão de cidadão ou de documento que legalmente o substitua, desde que este apresente fotografia. O cartão de cidadão ou o documento de substituição devem estar em condições que não suscitem quaisquer dúvidas na identificação do aluno.
- 3.2. Quando se mostre necessário e apenas para o efeito de verificação da identificação do aluno, o professor vigilante pode pedir a este para retirar a máscara, a qual deve voltar a ser colocada imediatamente após a referida verificação
- 3.3. Para fins de identificação dos alunos, não são aceites os recibos de entrega de pedidos de emissão ou revalidação de cartão de cidadão. Os alunos que apresentem esse recibo são considerados indocumentados, devendo efetuar os procedimentos referidos no n.º 3.4.
- 3.4. Os alunos nacionais ou estrangeiros que não disponham de cartão de cidadão, emitido pelas autoridades portuguesas, podem, em sua substituição, de acordo com o n.º 3.1, apresentar título de residência, passaporte ou documento de identificação utilizado no país de que são nacionais ou em que residem e que utilizaram no ato de inscrição. Neste caso, devem ser igualmente portadores do documento emitido pela escola com o número interno de identificação que lhes foi atribuído.
- 3.5. É admitido, para efeito do disposto em 10.1., o cartão de cidadão, carta de condução, documentos e vistos relativos à permanência em território nacional, bem como licenças e autorizações, cuja validade tenha expirado a partir de 24 de fevereiro de 2020, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual
- 3.6. Os alunos que não apresentem qualquer documento de identificação podem realizar a prova, devendo um elemento do secretariado de exames elaborar um auto de identificação utilizando, para o efeito, os Modelos 03/JNE e 03-A/JNE, para os alunos que frequentam a escola e para os alunos externos à escola ou que, apesar de frequentarem a escola, não possam ser identificados por duas testemunhas.
- 3.7. No caso dos alunos que frequentam a escola, o auto (Modelo 03/JNE) é assinado por um elemento do secretariado de exames, pelas testemunhas e pelo aluno. No caso de um aluno menor, a situação deve ser comunicada de imediato ao encarregado de educação, o qual tem de tomar conhecimento da ocorrência, assinando também o respetivo auto.
- 3.8. No caso dos alunos externos à escola ou que, apesar de frequentarem a escola, não possam ser identificados por duas testemunhas, o auto (Modelo 03/JNE e 03-A/JNE) é assinado pelo coordenador do secretariado de exames e pelo aluno, que deve apor, igualmente, a impressão digital do indicador direito. No caso de um aluno menor, a situação deve ser comunicada de imediato ao encarregado de educação, o qual toma conhecimento da ocorrência, assinando também o respetivo auto.
- 3.9. Nos dois dias úteis seguintes ao da realização da prova, os alunos referidos no número anterior, acompanhados dos respetivos encarregados de educação, quando menores, devem comparecer na escola, com o documento de identificação, e apor novamente a sua impressão digital do indicador direito sobre o auto elaborado no dia da prova, sob pena de anulação da mesma.
- 3.10. Os alunos referidos no n.º 3.6. que se encontrem a revalidar o documento de identificação, devem comparecer na escola, acompanhados dos respetivos encarregados de educação, quando menores, com o documento de identificação, logo após a sua renovação, efetuando os procedimentos referidos no número anterior.
- 3.11. Qualquer dúvida que surja no processo de identificação dos alunos deve o diretor da escola contactar de imediato a Comissão Permanente do JNE.
- 3.12. No caso de não se verificar a confirmação da identidade do aluno no prazo estabelecido e se a prova já tiver sido enviada ao agrupamento do JNE, para classificação, o diretor deve solicitar informação ao respetivo responsável.

4. DISTRIBUIÇÃO DAS FOLHAS DE RESPOSTA

- 4.1. Terminada a chamada e atribuídos os lugares, os professores responsáveis pela vigilância devem distribuir o papel de prova nas disciplinas em que a prova não é resolvida no próprio enunciado.
- 4.2. Aos alunos não é permitido escrever nas folhas de resposta, antes da distribuição dos enunciados das provas, à exceção do preenchimento do respetivo cabeçalho.
- 4.3. Nos exames finais nacionais das disciplinas de Geometria Descritiva A (708) e Desenho A (706), deve ter-se em conta que, em cada folha de prova, apenas pode ser resolvido um único exercício, não devendo, em caso algum, ser utilizado o verso da respetiva folha. Estas provas são realizadas em folhas de prova específicas (Modelos 411 e 401, da EMEC), apresentando, no topo das mesmas, a designação da respetiva disciplina.

5. PREENCHIMENTO DO CABEÇALHO DA PROVA

5.1. No cabeçalho das folhas de resposta, o aluno deve escrever:

5.1.1. Na parte destacável:

- 5.1.1.1. O seu nome completo, de forma legível e sem abreviaturas;
- 5.1.1.2. O número do cartão de cidadão;
- 5.1.1.3. Assinatura, conforme o cartão de cidadão ou documento de identificação equivalente;
- 5.1.1.4. A designação e o código da prova que se encontra a realizar como, por exemplo, prova de Português (539) ou prova de Matemática B (735);
- 5.1.1.5. Ano de escolaridade e fase.

5.1.2. Na parte fixa:

- 5.1.2.1. Novamente, a designação e o código da prova que se encontra a realizar;
- 5.1.2.2. O ano de escolaridade e fase;
- 5.1.2.3. Versão 1 ou 2, no caso das provas do quadro abaixo, conforme enunciado distribuído.

Disciplina	Código
Biologia e Geologia – 11.º ano	702
Economia A – 11.º ano	712
Filosofia – 11.º ano	714
Física e Química A – 11.º ano	715
Geografia A – 11.º ano	719
História B – 11.º ano	723
História A – 12.º ano	623
Português – 12.º ano	639

5.1.2.4. No final da prova, o número de páginas utilizadas na sua realização.

5.2. Caso haja rasura no preenchimento dos itens referidos no número anterior, especialmente nas situações em que o aluno já tenha registado respostas a questões da prova, a folha não deverá ser substituída, sendo a alteração registada de modo legível. Esta alteração deve também ser claramente identificada no reverso da parte destacável do cabeçalho, sendo neste local apostas as assinaturas de, pelo menos, um professor vigilante e do aluno. Por exemplo: Rasurei o número de cartão de cidadão, devendo ler-se..... a que se seguem as assinaturas.

5.3. Nas provas de equivalência à frequência realizadas no próprio enunciado da prova, este deverá estar preparado para garantir o respetivo anonimato, sendo necessário introduzir um cabeçalho e um talão destacável.

REPÚBLICA PORTUGUESA | VITÓRIA

EXAME FINAL NACIONAL
ANO LETIVO ___/___

ESPECÍMINE

A PRESERVAÇÃO PELO ALUNO

NOME COMPLETO _____

CARTÃO DE COADÃO Nº [][][][][][][][][][][][] VALIDADE: ___/___/___

ASSINATURA DO ALUNO _____

PROVA DE _____ CÓDIGO [][][] ANO DE ESCOLARIDADE _____ FASE _____

PROVA DE _____ CÓDIGO [][][] ANO DE ESCOLARIDADE _____ FASE _____

N.º TOTAL DE PÁGINAS UTILIZADAS [][] VERSÃO []

A PRESERVAÇÃO PELO PROFESSOR CLASSIFICADOR

CLASSIFICAÇÃO DE [][][] PONTOS (_____) CORRESPONDENTE A [][][] VALORES (_____) (SERÁ ANULADO EM CASO DE ERRO)

CÓDIGO DO PROFESSOR CLASSIFICADOR [][][][]

OBSERVAÇÕES _____

DATA ___/___/___

A PRESERVAÇÃO PELO ESTABELECIMENTO

CLASSIFICAÇÃO ALTERADA EM SEDE DE REGULAÇÃO CONFORME Despacho em Anexo

N.º COMPETÊNCIA DA ESCOLA []

ATENÇÃO: NÃO SOBREVA O SEU NOME OU QUALQUER ASSINATURA QUE O IDENTIFIQUE NEUTRO LOCAL DA PROVA, SOB PENA DE APROVAÇÃO SER ANULADA.

Cotação e transporte da folha anexada

COTAÇÕES

COTAÇÃO A TRANSPORTAR →

Modelo 1988 - Exames de Finais do Ensino do Secundário a Distância 2019/20 Página 1



REPÚBLICA PORTUGUESA

EXAME FINAL NACIONAL
ANO LETIVO ____/____

A PREENHER PELA ALUNA

NOME COMPLETO _____

CARTÃO DE CIDADÃO Nº VALIDADE ____/____/____

ASSINATURA DO ALUNA _____

PROVA DE _____ CÓDIGO

ANO DE ESCOLARIDADE _____ FASE _____

PROVA DE _____ CÓDIGO

ANO DE ESCOLARIDADE _____ FASE _____

N.º TOTAL DE PÁGINAS UTILIZADAS

VERBAO

A PREENHER PELA ESCOLA

N.º CONVENCIONAL

N.º CONVENCIONAL

A PREENHER PELA PROFESSOR CLASSIFICADOR

CLASSIFICAÇÃO DE PONTOS (_____)

CORRESPONDENTE A VALORES (_____) (POR ADEQUAMENTO ÀS UNIDADES)

CÓDIGO DO PROFESSOR CLASSIFICADOR

OBSERVAÇÕES _____

DATA ____/____/____

A PREENHER PELA ESCOLA

CLASSIFICAÇÃO ALTERADA EM MODO DE PENALIZAÇÃO INFORMAL DESPACHO EM ANEXO

A PREENHER PELA AGRUPAMENTO

N.º CONVENCIONAL DA ESCOLA

ATENÇÃO: NÃO ESCREVA O SEU NOME OU QUALQUER ELEMENTO QUE O IDENTIFIQUE NOUTRO LOCAL DA PROVA, SOB PENALIZAÇÃO DE SER ANULADA.

CONTUDO A TRANSPORTAR DA SUA ESCOLA

COTAÇÕES



Matemática A – Exames de Avaliação de Competências de Matemática (2020) **Página 1**

COTAÇÃO A TRANSPORTAR →

- 5.4. Os alunos referidos no n.º 3.3. (nacionais ou estrangeiros) devem registar, no local destinado ao número do cartão de cidadão, o número interno de identificação que lhes foi atribuído, indicando, como local de emissão, a referência “número interno”.

ATENÇÃO

Se não for indicada a versão (versão 1 ou versão 2) no cabeçalho da folha de prova são classificadas com zero (0) pontos todas as respostas aos itens de seleção, conforme indicação nas instruções de cada uma das provas.

6. ADVERTÊNCIAS AOS ALUNOS

- 6.1. Os professores responsáveis pela vigilância devem, depois de distribuídos pelos seus lugares e antes do início da prova, avisar os alunos do seguinte:
- 6.2. Não é permitido retirar a máscara durante a realização das provas e exames, à exceção do previsto no 3.2., e noutras situações devidamente justificadas;
- 6.2.1. Não é permitido escrever o nome em qualquer outro local das folhas de resposta, para além do mencionado no n.º 5;
- 6.2.2. Não é permitido escrever comentários despropositados ou descontextualizados, nem mesmo invocar matéria não lecionada ou outra particularidade da sua situação escolar;
- 6.2.3. Só é permitido usar caneta/esferográfica de tinta azul ou preta indelével;
- 6.2.4. Não é permitido utilizar fita ou tinta corretora para correção de qualquer resposta, devendo riscar, em caso de engano;
- 6.2.5. Não é permitida a partilha de material durante a realização da prova e exame;
- 6.2.6. Não é permitido escrever nas margens da prova nem nos campos destinados às cotações;
- 6.2.7. Na prova de equivalência à frequência de Matemática (92) do ensino básico, só é permitido utilizar lápis nos itens para os quais tal está expressamente previsto na Informação-Prova. Nos exames de Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais, a utilização do lápis só é permitida nos itens que envolvem construções que impliquem a utilização de material de desenho, devendo o resultado final ser apresentado a tinta;
- 6.2.8. As provas ou parte de provas realizadas a lápis, sem indicação expressa, não são consideradas para classificação;
- 6.2.9. Só é permitida a expressão em língua portuguesa nas respostas às questões das provas e exames, excetuando-se, obviamente, as disciplinas de língua estrangeira;
- 6.2.10. Só é permitida a consulta de dicionários nos termos definidos no artigo 31.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico e do Ensino Secundário;
- 6.2.11. Não é permitido abandonar a sala antes de terminado o tempo regulamentar da prova;
- 6.2.12. Não é permitida a ingestão de alimentos, à exceção de água, durante a realização das provas e exames (sem prejuízo da aplicação de adaptações nos termos artigo 28º do decreto-Lei nº 54/2018, e aos alunos com incapacidades físicas temporárias, desde que expressamente autorizados.

7. SUBSTITUIÇÃO DAS FOLHAS DE RESPOSTA

- 7.1. Os alunos podem riscar respostas ou parte de respostas que não queiram ver consideradas na classificação, sem necessidade de substituição da folha de prova.

- 7.2. As folhas de prova não deverão ser, por princípio, substituídas. Em caso de força maior que possa implicar a transcrição de alguma folha de prova, por exemplo, mancha ou rasgão significativos, deve o facto, de imediato, ser comunicado ao secretariado de exames, sendo os itens transcritos para nova folha, após o final da prova.
- 7.3. As folhas inutilizadas provenientes das situações descritas nos dois números anteriores são entregues no secretariado de exames, conjuntamente com as provas recolhidas, não seguindo, em caso algum, para classificação.

8. DESISTÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA PROVA

- 8.1. Em caso de desistência de realização da prova, não deve ser escrita pelo aluno qualquer declaração formal de desistência, nem no papel da prova nem em qualquer outro suporte.
- 8.2. O aluno não pode abandonar a sala antes do final do tempo de duração da prova.
- 8.3. A prova é enviada ao agrupamento do JNE, para classificação, ainda que tenha só os cabeçalhos preenchidos.

9. ABANDONO NÃO AUTORIZADO DA SALA

- 9.1. Se, apesar de advertido, algum aluno abandonar a sala antes do final do tempo regulamentar da prova, os professores vigilantes, através do secretariado de exames, devem comunicar imediatamente o facto ao diretor da escola.
- 9.2. O diretor toma as medidas adequadas para impedir a divulgação da prova, não permitindo, nomeadamente, que o aluno leve consigo o enunciado, a folha de resposta e o papel de rascunho e assegurando que aquele, em caso algum, volte a entrar na sala da prova.
- 9.3. Nesta situação, a prova é anulada pelo diretor, ficando em arquivo na escola, para eventuais averiguações.

10. Componente oral dos exames finais nacionais de línguas estrangeiras

- 10.1. Os alunos apresentam-se 20 min antes do início da sessão junto da sala de espera.
- 10.2. Para além da componente escrita, os exames nacionais de línguas estrangeiras e de PLNM são constituídos por uma componente de avaliação da produção e interação orais.
- 10.3. A componente oral é realizada preferencialmente em grupos de dois alunos, podendo, em casos pontuais e caso haja necessidade, ser realizada individualmente. No atual contexto, e na impossibilidade da realização presencial da componente oral por motivos diversos dos intervenientes no processo, é permitido o recurso a meios telemáticos, designadamente vídeo ou teleconferência, ou outro meio digital, de forma a permitir a realização da mesma

11. IRREGULARIDADES (Artigo nº 32º do despacho Normativo 3-A/2020, de 5 de março)

- 11.1. A ocorrência de quaisquer situações irregulares durante a realização das provas e exames é comunicada de imediato ao diretor da escola, devendo este decidir do procedimento a adotar, sendo depois, no caso das provas finais e exames nacionais, registada na plataforma eletrónica Registo Diário de Ocorrências.
- 11.2. Do procedimento referido no número anterior, e sempre que se justifique, deve ser elaborado relatório a remeter ao JNE, para decisão.
- 11.3. Para a realização de provas e exames, os alunos não podem ter junto de si suportes escritos ou equipamento tecnológico não autorizados, nem sistemas de comunicação móvel, nomeadamente computadores, telemóveis, relógios com comunicação à distância e aparelhos de vídeo ou áudio, quer estejam ligados ou desligados.
- 11.4. Os alunos, antes do início da prova, devem confirmar, assinando em modelo próprio JNE, que efetuaram a verificação e que não se encontram na posse de nenhum dos suportes ou equipamentos referidos no número anterior.

- 11.5. O não cumprimento do disposto nos nºs 10. 3 e 10.4 do presente artigo constitui irregularidade, a qual determina a anulação da prova pelo diretor de escola, sem prejuízo de eventual aplicação de medidas disciplinares, de acordo com o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.
- 11.6. A ocorrência de irregularidades, nos termos do número anterior, obriga à permanência dos alunos na sala até ao fim do tempo de duração da prova, ficando a prova anulada em arquivo na escola.
- 11.7. A anulação de provas finais, de exames finais nacionais ou de provas de equivalência à frequência da 1.ª fase, por irregularidades imputáveis ao aluno, não impede a inscrição e a realização das provas na 2.ª fase, correspondendo a classificação final da disciplina à classificação obtida na prova da 2.ª fase.
- 11.8. A indicação na prova de elementos suscetíveis de identificar o aluno pode implicar a sua anulação pelo presidente do JNE.
- 11.9. O registo na prova de expressões desrespeitosas e ou descontextualizadas pode implicar a sua anulação, por decisão do presidente do JNE.
- 11.10. Quaisquer irregularidades em provas de equivalência à frequência detetadas em sede de reapreciação ou reclamação, nomeadamente em situações decorrentes da não observância dos procedimentos definidos no n.º 1 do artigo 23.º, do Regulamento das Provas e Exames devem ser comunicadas ao JNE.
- 11.11. Sempre que o presidente do JNE autorize, a título excecional, a repetição de provas ou exames, esta decisão só produz efeitos mediante anulação da prova ou exame já realizado, a qual tem de ocorrer antes da publicação das classificações.

12. FRAUDES (Artigo nº33º do despacho Normativo 3-A/2020, de 5 de março)

- 12.1. Ao professor vigilante compete suspender imediatamente as provas dos alunos e de eventuais cúmplices que no decurso da realização da prova cometam ou tentem cometer inequivocamente qualquer fraude, não podendo esses alunos abandonar a sala até ao fim do tempo de duração da prova.
- 12.2. A situação referida no número anterior deve ser imediatamente comunicada ao diretor de escola, a quem compete a anulação da prova, mediante relatório devidamente fundamentado, a enviar ao JNE para conhecimento, ficando em arquivo na escola a prova anulada, bem como outros elementos de comprovação da fraude, para eventuais averiguações.
- 12.3. A fraude ou suspeita de fraude de conhecimento superveniente à realização de qualquer prova pode determinar, até à conclusão das diligências conducentes ao apuramento da verdade, a suspensão da eficácia dos documentos académicos entretanto emitidos, a decidir por despacho do presidente do JNE.
- 12.4. Findas as diligências referidas no número anterior, pode:
 - 12.4.1. Por despacho do presidente do JNE, ser decidida a anulação da prova na sua totalidade ou parcialmente, com efeitos restritos aos alunos identificados;
 - 12.4.2. Por despacho do Ministro da Educação, ser decidida a anulação da prova com efeitos gerais.
- 12.5. A ocorrência de fraude ou tentativa de fraude durante a realização das provas finais, exames finais nacionais e das provas de equivalência à frequência da 1.ª fase impede os alunos de aceder à 2.ª fase dessa prova no mesmo ano escolar.
- 12.6. A anulação de prova referida no presente artigo pode dar lugar à aplicação de medidas disciplinares, de acordo com o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, sem prejuízo de ulterior comunicação ao Ministério Público.

13. RECOLHA DAS FOLHAS DE RESPOSTA

- 13.1. As folhas de rascunho não são recolhidas, já que em caso algum podem ser objeto de classificação.

CAPÍTULO II

REAPRECIAÇÃO E RECLAMAÇÃO DAS PROVAS E EXAME

ATENÇÃO

O Processo de reapreciação vai ser realizado através de uma Plataforma eletrônica, com exceção dos exames de Desenho A (706) e Geometria Descritiva A (708) e, ainda, da prova de equivalência à frequência de Educação Visual (03 e 14).

14. COMPETÊNCIA PARA A REAPRECIAÇÃO DE PROVAS

- 14.1. É da competência do JNE a reapreciação das seguintes provas e exames:
 - 14.1.1. Provas de equivalência à frequência do ensino básico;
 - 14.1.2. Exames finais nacionais do ensino secundário;
 - 14.1.3. Provas de equivalência à frequência do ensino secundário;
 - 14.1.4. Componente Escrita dos exames a nível de escola de línguas estrangeiras equivalentes a exames nacionais;
 - 14.1.5. Provas e exames a nível de escola.
- 14.2. No âmbito do processo de reapreciação e reclamação deve ser observado o determinado no Capítulo VI do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

15. PROVAS PASSÍVEIS DE REAPRECIAÇÃO

- 15.1. É admitida a reapreciação dos exames finais nacionais, exames a nível de escola de línguas estrangeiras equivalentes a nacionais, provas de equivalência à frequência e provas e exames a nível de escola de cuja resolução haja registo escrito em suporte papel, suporte digital ou produção de trabalho bidimensional ou tridimensional.
- 15.2. Quando a prova, para além da resolução escrita, incluir a observação do desempenho de outras competências, nomeadamente componente prática ou produção oral, só é passível de reapreciação a parte escrita.

16. EFEITOS DA APRESENTAÇÃO DO PEDIDO

- 16.1. A formalização do pedido de reapreciação de uma prova implica a suspensão da classificação que fora inicialmente atribuída, sem prejuízo da sua utilização, a título provisório, para efeitos de apresentação do processo de candidatura ao ensino superior, no caso dos alunos do ensino secundário.
- 16.2. A classificação que resultar do processo de reapreciação é aquela que passa a ser considerada para todos os efeitos, ainda que inferior à inicial, sem prejuízo do estabelecido no número seguinte.
- 16.3. A classificação final da reapreciação pode ser inferior à classificação atribuída aquando da classificação da prova, não podendo, no entanto, implicar em caso algum, a reprovação do aluno quando este já tiver sido aprovado com base na classificação inicial, caso em que a classificação final da reapreciação será a mínima necessária para garantir a aprovação.

17. FASES DO PROCESSO

- 17.1. No processo de reapreciação há a considerar duas fases distintas:
 - 17.1.1. A consulta das provas, que se destina a permitir que o aluno possa conhecer a classificação que foi atribuída a cada questão da prova;

- 17.1.2. A reapreciação propriamente dita, que tem início quando o aluno, após a consulta da prova, entende prosseguir o processo de reapreciação e, por esse motivo, apresenta o requerimento de reapreciação e a alegação.

18. PEDIDO DE CONSULTA DA PROVA

- 18.1. O requerimento para consulta da prova (Modelo 09/JNE) em formato PDF editável, disponibilizado nas páginas eletrônicas das escolas, deve ser descarregado, preenchido e enviado para o correio eletrónico disponibilizado pela escola, pelo encarregado de educação ou pelo próprio aluno, quando maior, e deve ser dirigido ao diretor da escola.
- 18.2. O requerimento é enviado/apresentado, no próprio dia e no dia útil seguinte ao da publicação da respetiva classificação, servindo este de recibo a devolver ao requerente.
- 18.3. Os encarregados de educação dos alunos filhos de profissionais itinerantes, que pretendam solicitar a reapreciação das provas e exames, devem fazê-lo através da escola de matrícula do seu educando.

19. REALIZAÇÃO DA CONSULTA

- 19.1. No prazo máximo de um dia útil, após a entrega do requerimento, devem ser facultados aos alunos as cópias da prova realizada, em suporte de papel ou em suporte digital (formato pdf), mediante o pagamento dos encargos que deverão estar em linha com outros habitualmente praticados.
- 19.2. A consulta do original da prova só pode ser efetuada na presença do diretor, subdiretor, adjunto do diretor ou do coordenador do secretariado de exames.

20. FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO

- 20.1. Os modelos referentes ao processo de reapreciação devem, preferencialmente, ser preenchidos em formato digital, disponíveis em <https://www.dge.mec.pt/modelos>, a disponibilizar pelas escolas nas suas páginas eletrônicas, sendo descarregados, preenchidos e enviados para o correio eletrónico disponibilizado pelas escolas, para posteriormente serem impressos e assinados para apresentação na escola.
- 20.2. O requerimento deve ser formalizado, nos dois dias úteis seguintes ao prazo mencionado no n.º 19.1., através do Modelo 11/JNE, dirigido ao Presidente do JNE.
- 20.3. A validação do modelo 11/JNE é formalizada presencialmente mediante assinatura do modelo e respetivo pagamento.
- 20.4. O pedido de reapreciação é acompanhado de alegação justificativa, a apresentar no Modelo 11-A/JNE.
- 20.5. Quando a alegação não for redigida no Modelo 11-A/JNE, deve ser anexada ao referido modelo, o qual serve folha de rosto.
- 20.6. Se a reapreciação incidir exclusivamente sobre erro na soma das cotações, o requerente deve apresentar o Modelo 10/JNE devidamente preenchido, não havendo neste caso lugar a alegação nem sendo devido o depósito de qualquer quantia.

21. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO NA ESCOLA

- 21.1. Cada pedido de reapreciação dá origem à organização de um processo, em suporte papel ou em digital (formato pdf), que deverá ser submetido na plataforma eletrónica criada para o efeito, sendo constituído por:
- 21.1.1. Modelo 12/JNE, no caso de ser enviado em suporte papel;
- 21.1.2. Alegação justificativa Modelo 11-A/JNE;
- 21.1.3. Original da prova realizada pelo aluno, ou cópia digital no caso de submissão na Plataforma eletrónica, sem o talão destacável, que fica guardado na escola, com o número confidencial de escola tapado com tinta preta, de forma a ficar completamente ilegível;

- 21.1.4. Enunciado da prova e critérios de classificação, quando se tratar de provas a nível de escola, incluindo as provas adaptadas, e transcrição de ficheiro áudio, caso se aplique;
- 21.1.5. Informação-Prova de Equivalência à Frequência ou Informação-Prova a Nível de Escola, sem a identificação da escola.
- 21.1.6. O original das provas realizadas nos modelos 0401, 0406 e 0411 da Editorial do Ministério da Educação são entregues presencialmente no agrupamento do JNE.
- 21.2. O processo é organizado de forma a garantir rigorosamente o anonimato do aluno.
- 21.3. O original do requerimento da reapreciação fica arquivado na escola.

22. ENVIO DOS PROCESSOS AO AGRUPAMENTO DO JNE

- 22.1. Os processos devem ser agrupados por código de prova/disciplina e submetidos na Plataforma de Reapreciação de Provas e Exames (RPE), a disponibilizar no link <https://area.dge.mec.pt/jnerpc/>.
- 22.2. As provas mencionadas no ponto 21.1.6. deverão ser entregues no agrupamento do JNE pelo diretor da escola ou por professor devidamente credenciado, em envelopes separados, que são identificados, no exterior, com a etiqueta do Modelo 07/JNE e acompanhados da guia de entrega Modelo 13/JNE, extraídos dos programas ENEB/ENES
- 22.3. A submissão na Plataforma ou a entrega dos processos no agrupamento do JNE deve ser efetuada logo que a sua organização esteja concluída, sempre até ao dia útil seguinte ao prazo referido no n.º 20.2., tendo em consideração os curtos prazos disponíveis para a distribuição das provas pelos professores relatores.
- 22.4. Os procedimentos anteriores podem ser ajustados mediante a disponibilização de uma plataforma eletrónica criada para o efeito.

23. PROFESSORES RELATORES

- 23.1. Os professores relatores são designados pelo responsável do agrupamento do JNE de entre os professores classificadores que integram as bolsas.
- 23.2. Os professores relatores devem ter classificado provas da fase a que refere a respetiva reapreciação, mas não as provas que lhe foram atribuídas.
- 23.3. Sempre que necessário, os professores relatores devem comunicar com um supervisor do IAVE, I. P.
- 23.4. O agrupamento do JNE envia as provas aos professores relatores para reapreciação, via plataforma eletrónica, quando aplicável.
- 23.5. Os professores relatores devolvem as provas reapreciadas e restante documentação ao agrupamento do JNE, via plataforma eletrónica, quando aplicável, dentro do prazo definido pelo respetivo responsável.

24. PROCEDIMENTOS A ADOTAR PELA ESCOLA APÓS O PROCESSO DE REAPRECIAÇÃO

- 24.1. Os processos de reapreciação submetidos na Plataforma RPE, dos quais devem constar as provas reapreciadas, as alegações justificativas, os pareceres dos relatores, as grelhas de classificação e os despachos de homologação, são devolvidos às escolas pela mesma via.
- 24.2. Para as provas mencionadas no ponto 21.1.6., o diretor da escola ou professor devidamente credenciado faz o levantamento no agrupamento do JNE de todos os processos de reapreciação, dos quais devem constar as provas reapreciadas, as alegações justificativas, os pareceres dos relatores, as grelhas de classificação e os despachos de homologação
- 24.3. Desvendado o anonimato das provas, o diretor da escola autoriza a afixação dos resultados da reapreciação, nas datas fixadas no calendário de provas e exames, constituindo este o único meio oficial de comunicação destas informações aos interessados.
- 24.4. Compete ainda ao diretor da escola, através do coordenador do secretariado de exames, assegurar a repetição dos procedimentos definidos no n.º 44 da Norma 02, de forma a atualizar os dados em função das classificações da reapreciação e ordenar o envio, por correio eletrónico, desses dados ao JNE – programas ENEB e ENES.

25. RECLAMAÇÃO

- 25.1. O requerimento da reclamação deve ser formulado no Modelo 14/JNE e a fundamentação deve ser exarada nos Modelos 14-A/JNE, sendo apresentado na escola onde foi realizada a prova, nos dois dias úteis seguintes ao da afixação dos resultados da reapreciação.
- 25.2. Para efeitos de reclamação, devem ser facultadas ao interessado (mediante pagamento dos encargos) fotocópias das diferentes peças do processo – nomeadamente, dos pareceres dos professores relatores e das grelhas de classificação, em suporte papel ou em suporte digital (pdf).
- 25.3. Os modelos referidos devem, preferencialmente, ser preenchidos em formato digital, disponíveis em <http://www.dge.mec.pt/modelos>, sendo depois impressos e assinados para apresentação na escola.

26. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO

- 26.1. Compete ao diretor da escola enviar ao Presidente do JNE (Avenida 24 de Julho n.º 140, 6.º - 1399-025 LISBOA) as reclamações do resultado da reapreciação, no próprio dia ou no dia seguinte ao da respetiva entrada nos serviços administrativos da escola.
- 26.2. Do processo de reclamação do resultado da reapreciação devem constar os seguintes documentos, organizados e não agrafados:
 - 26.2.1. O requerimento do interessado devidamente preenchido, sem ocultação dos dados identificativos, Modelo 14/JNE;
 - 26.2.2. A fundamentação da reclamação, Modelos 14-A/JNE;
 - 26.2.3. O original da prova (incluindo o talão destacável);
 - 26.2.4. O enunciado da prova e os critérios de classificação, no caso de prova a nível de escola;
 - 26.2.5. A Informação-Prova de Equivalência à Frequência ou a Informação-Prova a Nível de Escola, quando aplicável, sem identificação da escola;
 - 26.2.6. Transcrição do teor dos ficheiros áudio da componente de compreensão do oral, no caso de provas e exames elaboradas a nível de escola;
 - 26.2.7. A alegação justificativa da reapreciação;
 - 26.2.8. As grelhas e os pareceres dos professores relatores;
 - 26.2.9. A ata de homologação do resultado de reapreciação.

Sem prejuízo dos procedimentos descritos nos n.ºs 25.1 e 25.2, o processo de reclamação poderá ser remetido via plataforma eletrónica, ao Presidente do JNE.

27. CONCLUSÃO DO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO

- 27.1. O Presidente do JNE decide e comunica, via email, o resultado do processo de reclamação à escola, a qual deve dar, de imediato, conhecimento ao Encarregado de Educação ou aluno, quando maior.
- 27.2. Posteriormente, é devolvido pelo Presidente do JNE toda a documentação inerente ao processo de reclamação ao diretor da escola, via correio, a ocorrer no prazo máximo de trinta dias úteis, contados a partir da data da apresentação da reclamação na escola.
- 27.3. O diretor nomeia responsáveis pela repetição dos procedimentos definidos no n.º 44 da Norma 2., de forma a atualizar os dados em função do resultado da reclamação e enviar nova remessa de dados, por correio eletrónico, com a maior urgência, ao responsável do agrupamento do JNE.